



2.	PUBLICADO NO D. O. M.
C	Do 30/04/1987
C	<i>[Assinatura]</i>

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
Processo N.º 10.830-002.308/85-15

JNW

Sessão de 11 de dezembro de 1986

ACORDÃO N.º 202-01.221

Recurso n.º 77.971

Recorrente ALECIO GREGHI - ENGARRAFADORA E DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS SANTO ANTÔNIO
 Recorrida DRF EM CAMPINAS-SP

IPI. Vendas de garrafas de aguardente de cana, sem recolher o IPI, nem aplicar o selo de controle. Infrações confessadas. Alegadas dificuldades financeiras não infirmam a decisão recorrida, que merece ser confirmada, por seus jurídicos fundamentos. Nega-se provimento ao recurso.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por ALECIO GREGHI - ENGARRAFADORA E DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS SANTO ANTÔNIO.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1986.

Roberto Barbosa de Castro
 ROBERTO BARBOSA DE CASTRO - PRESIDENTE

Sebastião Barbosa Taquary
 SEBASTIÃO BARBOSA-TAQUARY - RELATOR

Olegário Silveira V. dos Anjos
 OLEGÁRIO SILVEIRA V. DOS ANJOS - PROCURADOR-REPRESENTANTE
 DA FAZENDA NACIONAL

VISTA EM SESSÃO DE 26 FEV 1987

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros ELIO ROTHE, MÁRIO CAMILO DE OLIVEIRA, JOSE LOPES FERNANDES, PAULO IRINEU PORTES, MARIA HELENA JAIME e DINAIR CAVALCANTI MUNDIM.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
Processo N.º 10.830.-002.308/85-15

Recurso n.º: 77.971

Acordão n.º: 202-01.221

Recorrente: ALECIO GRECHI - ENGARRAFADORA E DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS SANTO ANTONIO

R E L A T Ó R I O

O auto de infração (fls. 02), lavrado em 04.07.85, noticia que a ora Recorrente deixou de lançar e de recolher o IPI, durante toda sua atividade de engarrafador e comerciante de aguardente de cana, tendo sido aquele tributo apurado em Cz\$1.927,80; noticiou, ainda, que ele vendeu 10.680 garrafas de aguardente de cana, sem aplicação do selo de controle, e que não apresentou as DIPIS relativas aos períodos de outubro de 1.983 a março de 1.985. O crédito apurado e consolidado, até 31.07.85, é de Cz\$ 18.564,43, nele já incluídos os acréscimos legais, inclusive, as multas dos artigos 364, II, 376, I e 382, do RIPI de 1.982.

O autuado apresentou a impugnação, de fls. 07/09, replicada pela informação fiscal, de fls. 13, ambas, pela ordem, postulando a declaração de improcedência e de procedência da peça básica.

A decisão singular (fls. 16/18) julgou procedente a ação fiscal e manteve a exigência, tal como indicada no auto de infração, aos fundamentos assim ementados:

"Mercadoria sujeita à exigência do selo de controle e sem aposição deste. Sujeição a multa igual ao Valor Comercial da Mercadoria. O lançamento do IPI de iniciativa do sujeito passivo, quanto não é efetuado, sujeita o infrator a penalidade de 100% do valor do imposto que deixou de ser lançado (inc. II do art. 364 do RIPI/82). Constitui a infração praticada no art. 382 do RIPI/82 a não declaração do IPI (DIP). AÇÃO FISCAL PROCEDENTE."

(Assinatura)

-segue-

Processo nº 10.830-002.308/85-15

Acórdão nº 202-01.221

102

Com guarda do prazo legal (fls. 20 e 22), veio o recurso voluntário, de fls. 22/23, sustentando que não adquiriu os selos bastantes, para as garrafas de aguardente, porque lhe faltaram recursos para tanto, mas agira de boa-fé, porquanto passou a comercializar aquela sua mercadoria, dentro das exigências legais; que, em março de 1.985, paralizou suas atividades, por faltar-lhe condições financeiras. E, concluindo, seu apelo, o Recorrente pediu, in verbis (fls. 23):

"Que, não tendo como solucionar referido débito, por não possuir bens ou outro meio, solicita aos digníssimos julgadores, usarem do senso humanitário, estudando a sua situação, considerando relêvantes as justificativas apresentadas, já que não houve em momento algum, intenção de levar prejuízos ao Erário Federal."

É o relatório.

VOTO DO RELATOR, CONSELHEIRO SEBASTIÃO BORGES TAQUARY

A infração resultou confessada. As alegações de dificuldades financeiras não se prestam como argumentos para reformar a decisão recorrida, nem para motivar a proposta de dispensa das multas por equidade, pois não há, no caso, circunstâncias que justifiquem essa proposta.

A decisão singular merece ser confirmada, pois bem apreciou a prova e com acerto aplicou o direito.

Nego provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1986.


SÉBASTIÃO BORGES TAQUARY

